



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING
2 de fevereiro
de 2022

Morte de comerciante completa um ano com suspeitos aguardando julgamento em liberdade

investigados pela morte do comerciante Marcos Marcondes da Silva Nascimento, ocorrida no dia 1º de fevereiro de 2021, permanecem em liberdade. A informação foi passada ao Jornal Pequeno pelo primo da vítima, o corretor de empréstimos Alesson Robert do Nascimento. No dia 21 de fevereiro, do ano passado, a Justiça revogou as prisões preventivas do tenente Francisco Almeida Pinho, sargento Gilberto Custódio dos Santos e dos cabos Marcelino Henrique Santos Silva, Rogério Costa Lima e Robson Santos de Oliveira. A decisão foi proferida pelo juiz Diego Duarte Lemos, do município de São Luís Gonzaga.

De acordo com Alesson Robert, os cinco policiais estão morando em Bacabal, enquanto aguardam o julgamento em liberdade.

Eles estariam cumprindo medidas cautelares, como o uso de tornozeleira eletrônica, o comparecimento todo mês ao Fórum de Justiça e proibição de acesso ao 15º Batalhão da Polícia Militar de Bacabal.

Estariam também proibidos de manter contato com testemunhas e vítimas do processo; de sair de casa após as 19h; além de terem sido afastados das funções policiais, e suspensão do porte de arma.

"Estamos muito revoltados.

Há um ano, aguardamos que a Justiça dê uma resposta para a sociedade, e que este caso não seja mais um que fique impune. Foi traumatizante encontrar o corpo do meu primo. Éramos um grupo de dez pessoas, todos parentes, entre primos, irmãos e a esposa dele, que procurávamos por Marcos. Ele estava machucado, com marcas de algemas, tiro no peito, marcas de **tortura**. É algo que eu nunca vou esquecer", declarou Alesson Robert.

MANUTENÇÃO DA PRISÃO Em novembro de 2021, a Promotoria de Justiça de São Luís Gonzaga recorreu ao Tribunal de Justiça do Maranhão, pedindo pela manutenção da prisão preventiva dos policiais militares.

No recurso, o **promotor de Justiça** Rodrigo Freire Wiltshire de Carvalho observou que a prisão foi

decretada após exaustiva análise dos fatos, para assegurar a garantia da ordem pública e por conveniência da instrução criminal.

Rodrigo Freire, ao pedir o retorno dos policiais militares à prisão, lembrou que o crime de ocultação de cadáver demonstra a motivação dos réus em alterar a cena do crime, a fim de montar uma versão diferente dos fatos, que pudessem favorecê-los.

ENTENDA O CRIME Gilberto Custódio dos Santos, Francisco Almeida Pinho, Marcelino Henrique Santos Silva, Rogério Costa Lima e Robson Santos de Oliveira teriam levado Marcos Marcondes da porta do seu comércio, no dia 1º de fevereiro de 2021. O comerciante teria sido morto em um loteamento chamado Mearim Glass, em Bacabal. Porém, o corpo foi encontrado na zona rural de São Luís Gonzaga.

De acordo com Alesson Robert, no dia 1º de fevereiro de 2021, José de Ribamar Neves, conhecido como "Riba", estava na fazenda do sogro do policial Gilberto Santos, localizada na estrada Bela Vista, na zona rural do município de Bacabal, quando o policial o chamou para ir buscar ração para carneiros.

Porém a vítima foi levada a um loteamento abandonado. No local, os policiais começaram a torturar José de Ribamar para obrigá-lo a confessar o suposto furto de carneiros, que teriam sido vendidos a Marcos Marcondes, que seria ex-chefe de José de Ribamar.

"Meu primo foi levado do comércio dele por volta das 14h30.

Chegamos a ir ao quartel da Polícia Militar pedir ajuda, mas disseram que nada poderia ser feito. Meu primo era evangélico, não tinha nenhuma passagem pela polícia.

No dia do crime, circulou pelos grupos de WhatsApp, que tinha ocorrido um suposto tiroteio na zona rural de São Luís Gonzaga.

No dia seguinte, por volta das 5h encontramos o corpo de Marcos", contou Alesson Robert.

TORTURA Gilberto deu um golpe chamado "telefone" (bater as duas mãos em forma de concha nos ouvidos) na vítima e Francisco começou a espancar e enforçar Riba, que foi amarrado. Francisco colocou um pano e começou a jogar água no rosto da vítima até que este perdesse os sentidos. Depois de ser reanimado, Riba foi jogado no porta-malas de um veículo.

Os denunciados foram ao estabelecimento comercial de Marcos e o forçaram a entrar no mesmo veículo. Os policiais começaram a agredi-lo, exigindo a confissão do furto. Os acusados levaram as vítimas ao loteamento Mearim Glass, em Bacabal. No local, Marcos foi agredido a socos por Francisco, por enforcamento por Gilberto e Marcelino pulou com os dois pés no peito da vítima.

Gilberto e Francisco começaram a despejar água sobre o rosto da vítima, enquanto os outros policiais seguravam as pernas dele para que não se movimentasse.

Com uma camisa enrolada na mão, Francisco começou a exigir a confissão do furto, batendo no rosto da vítima, que parou de respirar e morreu.

SIMULAÇÃO Os policiais decidiram simular um confronto visando afastar suas responsabilidades com relação à morte de Marcos. Foram a uma estrada vicinal, numa fazenda no povoado Centro dos Cazuzas, na zona rural de São Luís Gonzaga.

Retiraram o corpo de "Marcos do veículo, e os policiais Rogério, Marcelino e Robson seguraram o cadáver e Francisco efetuou um disparo de revólver no peito da vítima.

Francisco entregou a arma para Gilberto e mandou que matasse Riba. Porém, a arma falhou, o sobrevivente saiu correndo pelo matagal e os policiais efetuaram vários disparos em direção a Riba. Após a fuga, os denunciados esconderam o corpo de Marcos. Com o objetivo de simular o confronto policial, foi efetuado um disparo de arma na perna de Francisco. O fato foi testemunhado por Riba.

Os policiais perseguiram a vítima durante toda a noite do dia 1º de fevereiro e manhã do dia seguinte. Riba passou seis dias se escondendo e perambulando pela zona rural até chegar à casa do irmão dele na periferia de Bacabal, reaparecendo no dia 8 do mesmo mês.

CULTO A família de Marcos Marcondes convidou parentes e amigos para o culto de um ano do seu falecimento, que foi realizado ontem, por volta das 19h, na igreja Batista da Paz, na Rua Clores Miranda (em frente ao Senai), em Bacabal.

Site: https://cdn-digitalmflip.sflip.com.br/temp_site/issue-1dc9eec5d23c9b8fbb75ab425f6e032f.pdf

Corregedoria-Geral do MPMA promove discussão sobre alterações na Lei de Improbidade Administrativa

A reforma da Lei de **Improbidade Administrativa** e o impacto na atuação funcional do **Ministério Público** foi o tema de uma reunião virtual, realizada nesta segunda-feira, 31, pela Corregedoria Geral do **Ministério Público** do Maranhão com os membros da instituição.

De caráter orientador, a reunião contou com a palestra do **promotor de justiça** Robson Renault Godinho, do MP do Rio de Janeiro, que é pós-doutor pela Universidade Federal da Bahia, com doutorado e mestrado em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Na abertura do encontro, o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, deu as boas-vindas ao palestrante e membros do **MPMA**, ressaltando a importância da discussão promovida pela Corregedoria-Geral. "É essencial que tenhamos unidade de pensamento na realização das ações em favor do patrimônio público", ressaltou.

Ao agradecer o membro do MP do Rio de Janeiro por ter aceitado o convite para a reunião, a corregedora-geral do **MPMA**, Themis Pacheco de Carvalho, explicou que a escolha da temática é decorrente da publicação, no dia 26 de outubro de 2021, da Lei nº 14.230/2021, por meio da qual foram introduzidas profundas alterações na Lei nº 8.429/92, conhecida como Lei da **Improbidade Administrativa**. "Com mais esta iniciativa, queremos reforçar nossa meta de orientar os membros do MP numa direção para que se posicionem, dentro de sua independência funcional. Nós procuramos dar o norte e cada um segue de acordo com suas convicções. É de grande utilidade para todos nós o esclarecimento das dúvidas a respeito do assunto", destacou a corregedora-geral.

O palestrante pontuou que, em decorrência do pouco tempo que estão em vigor as alterações, somado à amplitude das mudanças na legislação, há ainda poucas decisões dos tribunais baseadas na lei. "O STJ chegou a retirar de pauta alguns processos relativos à questão da improbidade para submetê-los ao contraditório.

Porém, alguns tribunais de justiça têm aplicado, de

ofício, as inovações, o que prejudica não o **Ministério Público**, mas a própria tutela da **probidade administrativa**", questionou Robson Godinho.

Foram abordados, entre outros, temas como a retroatividade, controle de convencionalidade, bem como itens da nova lei que podem ser objeto de ações diretas de inconstitucionalidade.

(CCOMMPMA)

Site: <https://oprogressonet.com/edicao-digital/468/o-progresso--2-de-fevereiro-de-2022>

Gestor de Transportes da SMTT é ouvido em CPI na Câmara Municipal

SÃO LUÍS - A Câmara Municipal de São Luís realizou nesta terça-feira a 8ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que trata do Transporte Público da capital maranhense. A oitiva foi feita com o superintendente de Transportes da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT) do período de 2014 a 2018, Nilson Brasileiro dos Santos; e o atual Superintendente de Transportes daquele órgão público, André Rodrigues.

Ao iniciar os trabalhos da Comissão, o presidente Francisco Carvalho (PSL) lembrou aos presentes a finalidade da CPI. "O papel da CPI é **apurar irregularidades** na licitação dos transportes coletivos e nos contratos entre os prestadores de serviço e a Prefeitura de São Luís. Faremos o nosso relatório e iremos encaminhá-lo para o **Ministério Público** que é quem tem o poder de investigar e de indiciar, se assim achar necessário, algumas pessoas que o relator citará no relatório", explicou.

Após a explicação, Francisco Carvalho passou a palavra ao relator da Comissão, vereador Álvaro Pires (PMN), que deu início à oitiva de Nilson Brasileiro dos Santos. Dentre os temas abordados no depoimento do ex-superintendente de Transportes da SMTT, podem ser citados: providências tomadas pela gestão quando observado descumprimento de serviço por parte das empresas; reajuste de tarifa; gratuidade de passagem; subsídio do sistema de transporte pelo poder público; e infraestrutura dos Terminais de Integração.

Ao ser questionado pelo secretário da CPI, vereador Octávio Soeiro, acerca da contratação de empresa de São Paulo para realizar o termo de referência da licitação, Nilson Brasileiro dos Santos disse não ter conhecimento de como foi feito o processo.

"A Sistrans, se não me falhe a memória. Quando houve a 1ª reunião na Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte essa empresa já veio para esta reunião. Quem contratou com certeza foi a Prefeitura de São Luís. Não sei se foi a SMTT. Quando houve a 1ª reunião eu fiquei até surpreso, por terem contratado uma empresa sem a gente saber. Eu não tinha conhecimento dessa empresa. Nunca nem tinha visto falar nela. Quando foi... já foi na 1ª reunião da Secretaria com o staff do gabinete do prefeito apresentando essa empresa a nós, da Secretaria de Transportes", respondeu Nilson Brasileiro dos Santos.

A resposta dada pelo depoente foi avaliada por Octávio Soeiro como relevante e o parlamentar chamou a atenção dos presentes. "Ele está dizendo que, de fato, os membros da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes não tinham ciência (da contratação) e souberam quando a empresa foi apresentada para fazer o termo de referência. Já existia essa contratação antes de ter a comunicação prévia de todos os membros da SMTT. Isso, de fato, nos chama atenção prioritariamente pelos valores contratados e por vários aditivos, chegando até 13 milhões de reais salvo engano; e também pela forma que foi contratada. Então, vale uma investigação, uma apuração desses fatos", assinalou Soeiro.

O atual superintendente de Transporte da SMTT, André Rodrigues, foi o segundo depoente a prestar esclarecimentos à CPI hoje. Ao iniciar a fala informou ter graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual do **Maranhão** e ser servidor efetivo da SMTT. André Rodrigues prestou esclarecimentos sobre como são feitas fiscalizações atualmente no sistema de transporte e informou terem sido expedidas um total de 3.024 notificações aos consórcios em 2021.

"É importante dizer que sabemos que apenas notificar não tem sido o suficiente para garantir um serviço de qualidade. Por isso, estamos apresentando ao secretário um novo sistema de controle baseado em índices qualitativos, previstos no **contrato** de concessão. Este projeto está sendo finalizado e acredito que, após aprovação, ele será colocado em prática nos próximos meses e vai proporcionar melhor controle e transparência ao sistema de transporte", acrescentou André Rodrigues.

O atual superintendente de Transportes da SMTT, ao ser inquirido pelo relator da CPI, também prestou informações sobre a greve de ônibus que aconteceu de 21 de outubro a 1º de novembro de 2021, o impacto da pandemia no sistema de transporte da capital e expôs possibilidades para melhorias do transporte de São Luís, dentre outros temas.

"Como já foi dito nesta CPI, não existe um único fator que vai resolver o problema do sistema de transporte, mas, sim, um conjunto de esforços com medidas de curto, médio e longo prazos. A 1ª que eu poderia citar

é equiparar o sistema de transporte a outros serviços essenciais à população, como **saúde** e educação. A partir dessa premissa deve ser criada uma política pública envolvendo não apenas o **Município**, mas sim, de forma conjunta, os 3 entes da federação. Isso seria fundamental para a captação de recursos para investimentos tanto para a mobilidade quanto para a melhoria dos serviços", explicou o depoente.

Site: <https://imirante.com/sao-luis/noticias/2022/02/02/gestor-de-transportes-da-smtt-ouvido-em-cpi-na-camara-municipal.shtml>

André Rodrigues ainda citou um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) para embasar a análise feita por ele. "A gente precisa manter uma tarifa pública adequada que a população possa pagar. Temos que oferecer um serviço de melhor qualidade ao usuário e também temos que buscar novas tecnologias. O melhor estudo nacional em relação a essa busca de soluções é o estudo do Ipea que foi publicado em abril de 2021. Nesse estudo são apontados 4 **problemas** de todos os sistemas de transporte de todas as capitais do Brasil: a tarifa não é mais atrativa ao usuário; as rotas e linhas não atendem mais à demanda que o usuário busca; ao longo dos anos o sistema de transporte perdeu demanda de passageiros para o transporte individual; e também temos sérios **problemas** de mobilidade com a não priorização do transporte coletivo", informou.

Ao final da reunião o co-vereador Eni Ribeiro, do Coletivo Nós (PT), comentou como os depoimentos colhidos nesta manhã auxiliarão nos trabalhos da CPI. "Os depoimentos foram importantes porque são de pessoas da SMTT que têm a função de acompanhar os contratos que essa Secretaria tem, sobretudo com as concessionárias de transportes que prestam serviço de transporte urbano em São Luís e também da Consultrans - que é uma empresa que está no gerenciamento. Essa CPI tem esmiuçado o sistema de transporte e contribuirá para a gente ter resposta sobre quem, de fato, manda no sistema de transporte e sobre quais soluções podemos apresentar para o público de São Luís. A CPI também dará segurança para tomarmos as decisões corretas com relação ao sistema de transporte", assinalou o co-vereador.

Além dos vereadores citados acima, também se fizeram presentes na reunião os parlamentares Domingos Paz (Podemos) e Raimundo Penha (PDT), bem como os co-vereadores do Coletivo Nós (PT), Jhonatan Soares, Raimunda Oliveira e Flávia Almeida.

Próxima reunião

A próxima reunião do colegiado está marcada para a tarde da próxima terça-feira, 8. Na ocasião, será ouvido o presidente do Sindicato dos Usuários do Transporte Coletivo, Paulo Henrique, que teve o depoimento adiado devido ao horário avançado.

Justiça suspende vendas e obras do Loteamento Colina Park

omaranhense

A juíza Ana Lucrecia Bezerra Sodré (2ª Vara da Fazenda Pública de Imperatriz) determinou a suspensão da venda de lotes do Loteamento Colinas Park e de qualquer obra e melhoria de infraestrutura, até o final do julgamento da **Ação Civil Pública** contra o "Residencial Imperatriz Empreendimentos Imobiliários" e o Município de Imperatriz. Das 67 quadras que compõem o loteamento, 24 foram afetadas pelas enchentes dos rios Cacaú e Tocantins, causando prejuízo às famílias de moradores.

A empresa tem dez dias para entregar a relação nominal dos proprietários, com informações quanto ao impacto dos alagamentos entre os anos de 2019 e 2022, além de suspender qualquer tipo de propaganda de venda de lotes, inclusive o pagamento das prestações das pessoas detentoras de terrenos no local, até o término do processo.

Já o Município de Imperatriz deverá exigir do empreendedor um procedimento administrativo e o cumprimento dentro do prazo legal para recuperar obras e infraestrutura básica, levando em consideração que o loteamento está situado em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações. A obrigação inclui a tomada de providências para assegurar o escoamento das águas.

O Município tem 15 dias para apresentar relatório circunstanciado da situação, com dados dos riscos para as pessoas detentoras de lotes ou construções no loteamento, incluindo sugestões preventivas. O gestor municipal também deve identificar situações de vítimas das enchentes no empreendimento, que sejam pobres, na forma da lei, e que precisem de auxílio.

DANOS AO AMBIENTE

A ação foi proposta pelo **Ministério Público** Estadual em razão de danos causados ao meio ambiente e à ordem urbana causados pelas irregularidades existentes no empreendimento imobiliário Colinas Park e não corrigidos pela administração municipal, o que tem causado, desde 2019, alagamentos nas moradias, desabrigando famílias, e prejudicando a sua saúde devido à mistura de águas da chuva e de esgoto entrando nas casas.

A decisão da juíza Ana Lucrecia Sodré, de 29 de janeiro, acatou pedido de tutela de urgência, levando em consideração o Laudo de Constatação da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH; Nota Técnica da bióloga Cleonilde Queiroz e Laudo Técnico de Vistoria Superintendência Municipal de Proteção e Defesa Civil - SUMPDEC.

Segundo o processo, esses documentos "apontam que o empreendimento foi implantado em área imprópria, sujeita a inundações, como de fato ocorre todos os anos na época de chuvas por se tratar de imóvel localizado em planície de inundação, tendo sido vendidos os lotes a centenas de famílias".

Conforme demonstrado no processo, o condomínio Colinas Park fica localizado em área imprópria para residência, considerada de risco, abaixo de uma hidrelétrica, sob a influência de três corpos hídricos (Rio Tocantins, Rio Cacaú e Riacho Cacaúzinho), bem como sofre a influência das chuvas, o que tem provocado alagamentos desde 2019.

CONDOMÍNIO IRREGULAR

Além disso, ficou verificado que a Licença de Instalação do empreendimento se encerrou em 26.04.2019 e, desde então, não houve iniciativa da empresa responsável pelo empreendimento para prorrogar a licença de instalação ou solicitar a emissão de uma licença de operação; situação que torna o condomínio irregular. Já a segunda etapa do empreendimento (Colina Park II), seu projeto está negado desde 09.12.2021, por meio do parecer técnico, por descumprir o prazo máximo da licença de instalação.

A empresa reconheceu os problemas de infraestrutura e drenagem, realizando pequenos reparos e obras de contenção, mas atribuiu a responsabilidade aos moradores, alegando "mau uso", e ao Município por ter aprovado o loteamento e pela "omissão na fiscalização", e, ainda, às fortes chuvas que caem na região.

LEI DE PARCELAMENTO DO SOLO URBANO

Na decisão, a juíza assegura que a Lei de **Parcelamento do Solo Urbano** (Lei n.º 6766/76)

impõe ao empreendedor garantir a infraestrutura básica dos parcelamentos, que deverão ser constituídas pelos equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de circulação.

A juíza também registra que a realização de reparos pontuais pela empresa responsável pelo empreendimento não foram suficientes para corrigir o problema, de sorte que os alagamentos às residências dos moradores se seguiram ano após ano.

"É fato evidenciado, conforme fartamente retratado nos documentos anexos, que a infraestrutura deficitária para escoamento das águas pluviais nas unidades habitacionais do condomínio Colina Park impedem a fruição a contento da moradia, pois os imóveis não dispõem de condições aceitáveis de solidez, higiene, qualidade e habitabilidade, sofrendo anualmente as famílias o alagamento de seus imóveis", conclui a juíza na decisão.

Site: <https://omaranhense.com/justica-suspende-vendas-e-obras-do-loteamento-colina-park/>

CPI do Transporte: Superintendente de Transportes da SMTT é ouvido (Plantão)

omaranhense

A Câmara Municipal de São Luís realizou a 8ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que trata do Transporte Público da capital maranhense. A oitiva foi feita com o superintendente de Transportes da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT) do período de 2014 a 2018, Nilson Brasileiro dos Santos; e o atual Superintendente de Transportes daquele órgão público, André Rodrigues.

Ao iniciar os trabalhos da Comissão, o presidente Francisco Carvalho (PSL) lembrou aos presentes a finalidade da CPI. "O papel da CPI é **apurar irregularidades** na licitação dos transportes coletivos e nos contratos entre os prestadores de serviço e a Prefeitura de São Luís. Faremos o nosso relatório e iremos encaminhá-lo para o **Ministério Público** que é quem tem o poder de investigar e de indiciar, se assim achar necessário, algumas pessoas que o relator citará no relatório", explicou.

Após a explicação, Francisco Carvalho passou a palavra ao relator da Comissão, vereador Álvaro Pires (PMN), que deu início à oitiva de Nilson Brasileiro dos Santos. Dentre os temas abordados no depoimento do ex-superintendente de Transportes da SMTT, podem ser citados: providências tomadas pela gestão quando observado descumprimento de serviço por parte das empresas; reajuste de tarifa; gratuidade de passagem; subsídio do sistema de transporte pelo poder público; e infraestrutura dos Terminais de Integração.

Ao ser questionado pelo secretário da CPI, vereador Octávio Soeiro, acerca da contratação de empresa de São Paulo para realizar o termo de referência da licitação, Nilson Brasileiro dos Santos disse não ter conhecimento de como foi feito o processo.

"A Sistrans, se não me falhe a memória. Quando houve a 1ª reunião na Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte essa empresa já veio para esta reunião. Quem contratou com certeza foi a Prefeitura de São Luís. Não sei se foi a SMTT. Quando houve a 1ª reunião eu fiquei até surpreso, por terem contratado uma empresa sem a gente saber. Eu não tinha conhecimento dessa empresa. Nunca nem tinha visto falar nela. Quando foi, já foi na 1ª reunião da Secretaria com o staff do gabinete do prefeito apresentando essa empresa a nós, da Secretaria de

Transportes", respondeu Nilson Brasileiro dos Santos.

A resposta dada pelo depoente foi avaliada por Octávio Soeiro como relevante e o parlamentar chamou a atenção dos presentes. "Ele está dizendo que, de fato, os membros da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes não tinham ciência (da contratação) e souberam quando a empresa foi apresentada para fazer o termo de referência. Já existia essa contratação antes de ter a comunicação prévia de todos os membros da SMTT. Isso, de fato, nos chama atenção prioritariamente pelos valores contratados e por vários aditivos, chegando até 13 milhões de reais salvo engano; e também pela forma que foi contratada. Então, vale uma investigação, uma apuração desses fatos", assinalou Soeiro.

O atual superintendente de Transporte da SMTT, André Rodrigues, foi o segundo depoente a

prestar esclarecimentos à CPI hoje. Ao iniciar a fala informou ter graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual do **Maranhão** e ser servidor efetivo da SMTT. André Rodrigues prestou esclarecimentos sobre como são feitas fiscalizações atualmente no sistema de transporte e informou terem sido expedidas um total de 3.024 notificações aos consórcios em 2021.

"É importante dizer que sabemos que apenas notificar não tem sido o suficiente para garantir um serviço de qualidade. Por isso, estamos apresentando ao secretário um novo sistema de controle baseado em índices qualitativos, previstos no **contrato** de concessão. Este projeto está sendo finalizado e acredito que, após aprovação, ele será colocado em prática nos próximos meses e vai proporcionar melhor controle e transparência ao sistema de transporte", acrescentou André Rodrigues.

O atual superintendente de Transportes da SMTT, ao ser inquirido pelo relator da CPI, também prestou informações sobre a greve de ônibus que aconteceu de 21 de outubro a 1º de novembro de 2021, o impacto da pandemia no sistema de transporte da capital e expôs possibilidades para melhorias do transporte de São Luís, dentre outros temas.

"Como já foi dito nesta CPI, não existe um único fator que vai resolver o problema do sistema de transporte,

mas, sim, um conjunto de esforços com medidas de curto, médio e longo prazos. A 1ª que eu poderia citar é equiparar o sistema de transporte a outros serviços essenciais à população, como **saúde** e educação. A partir dessa premissa deve ser criada uma política pública envolvendo não apenas o **Município**, mas sim, de forma conjunta, os 3 entes da federação. Isso seria fundamental para a captação de recursos para investimentos tanto para a mobilidade quanto para a melhoria dos serviços", explicou o depoente.

André Rodrigues ainda citou um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) para embasar a análise feita por ele. "A gente precisa manter uma tarifa pública adequada que a população possa pagar. Temos que oferecer um serviço de melhor qualidade ao usuário e também temos que buscar novas tecnologias. O melhor estudo nacional em relação a essa busca de soluções é o estudo do Ipea que foi publicado em abril de 2021. Nesse estudo são apontados 4 **problemas** de todos os sistemas de transporte de todas as capitais do Brasil: a tarifa não é mais atrativa ao usuário; as rotas e linhas não atendem mais à demanda que o usuário busca; ao longo dos anos o sistema de transporte perdeu demanda de passageiros para o transporte individual; e também temos sérios **problemas** de mobilidade com a não priorização do transporte coletivo", informou.

Ao final da reunião o co-vereador Eni Ribeiro, do Coletivo Nós (PT), comentou como os depoimentos colhidos nesta manhã auxiliarão nos trabalhos da CPI. "Os depoimentos foram importantes porque são de pessoas da SMTT que têm a função de acompanhar os contratos que essa Secretaria tem, sobretudo com as concessionárias de transportes que prestam serviço de transporte urbano em São Luís e também da Consultrans - que é uma empresa que está no gerenciamento. Essa CPI tem esmiuçado o sistema de transporte e contribuirá para a gente ter resposta sobre quem, de fato, manda no sistema de transporte e sobre quais soluções podemos apresentar para o público de São Luís. A CPI também dará segurança para tomarmos as decisões corretas com relação ao sistema de transporte", assinalou o co-vereador.

Além dos vereadores citados acima, também se fizeram presentes na reunião os parlamentares Domingos Paz (Podemos) e Raimundo Penha (PDT), bem como os co-vereadores do Coletivo Nós (PT), Jhonatan Soares, Raimunda Oliveira e Flávia Almeida.

Próxima reunião

A próxima reunião do colegiado está marcada para a tarde da próxima terça-feira, 8. Na ocasião, será ouvido o presidente do Sindicato dos Usuários do Transporte Coletivo, Paulo Henrique, que teve o

depoimento adiado devido ao horário avançado.

Site: <https://omaranhense.com/cpi-do-transporte-superintendente-de-transportes-da-smtt-e-ouvido/>